

ATELIÊ DE CRIAÇÃO E DIFUSÃO COLETIVA DE EXPERIÊNCIAS DE SI

Priscylla Karollyne Gomes Dias

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista CAPES.
priscylla.karollyne@hotmail.com*

*Simpósio Temático nº 43 – “ESCREVIVÊNCIAS” E MEMÓRIAS: A PRODUÇÃO
ARTÍSTICA FEMININA COMO FORMA DE CONHECIMENTO MARGINAL E
CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA COLETIVA*

RESUMO

O ensaio apresenta reverberações do pensamento feminista e da disputa política no cenário de identificação coletiva. Para tanto, reflete possibilidades de extrapolação da linguagem e do discurso ativista, utiliza contribuições advindas do feminismo libertário, e sistematiza contribuições para pensar uma estética feminista do confronto a partir de uma leitura discursiva e pós-estruturalista. Em recuperação ao debate proveniente das perspectivas libertárias do feminismo, e tendo como articulação o debate que apreende os processos de identificação em torno da raça e da classe no cenário brasileiro e latinoamericano, este ensaio tem como argumentação principal a ideia de que a “estética feminista” (STUBS; LESSA; FILHO, 2018) extrapola processos engendrados pela subjetividade da mulher, do ser mulher e da mulher-feminista, repercutindo para a constituição de uma prática política e (per)formativa das lutas nas ruas e nos processos de reivindicação em torno de si e dos outros. Utilizamos as contribuições da perspectiva discursiva e pós-estruturalista da Teoria do Discurso, bem como textos que propõem pensar o cenário atual da pandemia e os processos de subjetividade (coletiva).

Palavras-chave: Estética feminista; Feminismo libertário; Identificação coletiva; Processos de subjetividade.

ABSTRAT

The essay presents echoes of feminist thought and political dispute in the scenario of collective identification. Therefore, it reflects possibilities of extrapolating language and activist discourse, uses contributions from libertarian feminism, and systematizes contributions to think about a feminist aesthetic of confrontation based on a discursive and post-structuralist reading. Recovering the debate from the libertarian perspectives of

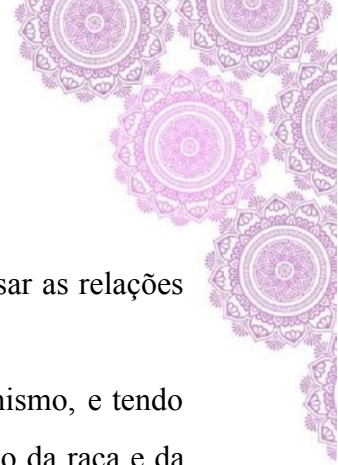
feminism, and having as its articulation the debate that captures the processes of identification around race and class in the Brazilian and Latin American scenario, this essay has as its main argument the idea that “feminist aesthetics” (STUBS; LESSA; FILHO, 2018) extrapolates processes engendered by the subjectivity of women, of being a woman and of the woman-feminist, reflecting on the constitution of a political and (per) formative practice of the struggles in the streets and in the claim processes in around you and others. We use contributions from the discursive and post-structuralist perspective of the Discourse Theory, as well as texts that propose to think about the current scenario of the pandemic and the processes of (collective) subjectivity.

Keywords: Feminist aesthetics; Libertarian Feminism; Collective identification; Subjectivity processes.

INTRODUÇÃO

Na configuração do “ser mulher”, os processos de identificação abordam aspectos prático-discursivos que reverberam a compreensão de uma disputa entre identidades de gênero. Isto porque a identificação com o gênero na disputa discursiva também engendra a inscrição no cenário cultural de identificação do ser-mulher, do ser-homem, do não-ser-mulher, do não-ser-homem. Isto porque na trama das identificações coletivas, para além da inscrição em um cenário cultural e de práticas discursivas que permitem dizer sobre quem somos, também há relações fronteiriças que constituem e deslocam sentidos (em torno) de si.

A partir de reflexões em torno da (des)construção da identificação do sujeito no âmbito da configuração das relações de gênero, este presente ensaio apresenta o seguinte problema: como é possível tensionar os limites em torno dos sentidos que uma estética feminista reverbera para pensar processos de identificação coletiva que compõem o cenário de disputa política durante o período (pós) pandêmico. Neste sentido, consideramos as contribuições do debate discursivo e pós-estruturalista da Teoria do Discurso para deslocar significados e sentidos que são apresentados pela discussão em torno do ativismo e da insubordinação da arte feminista. Considerando aspectos em torno da prática educativa enquanto dispositivo pedagógico que mobiliza a identificação coletiva, este ensaio compreende que a estética feminista deve expandir condições de disputa política para



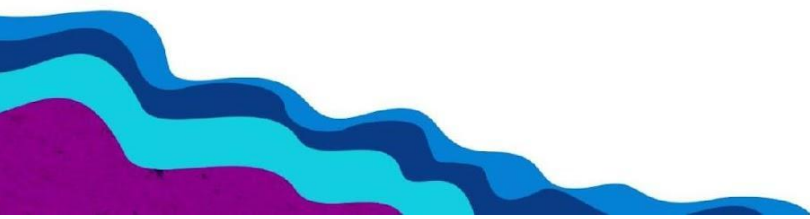
pensarmos as relações de gênero, que também extrapolam os limites para pensar as relações políticas e culturais no âmbito de um dito tempo pandêmico.

A partir de reflexões proveniente das perspectivas libertárias do feminismo, e tendo como articulação o debate que apreende os processos de identificação em torno da raça e da classe no cenário brasileiro e latinoamericano, este ensaio tem como argumentação principal a ideia de que a estética feminista extrapola processos engendrados pela subjetividade da mulher, do ser mulher e da mulher-feminista, repercutindo para a constituição de uma prática política e (per)formativa das lutas nas ruas e nos processos de reivindicação em torno de si e dos outros.

Na seção titulada por “Ateliê de Criação” será problematizada a identificação do sujeito na contemporaneidade a partir da crise identitária na pós-modernidade. Apresentando o resumo do artigo que serviu como referência-base das reflexões em torno da performatividade e dos estudos do discurso na pós-modernidade, a discussão mobiliza o debate em torno da identificação a partir das contribuições da Teoria do Discurso. Em seguida, o trabalho apresenta reflexões da relação do sujeito e dos aspectos culturais e sociais engendrados durante o período de pandemia a partir de deslocamentos em torno do que a estética feminista apresenta de contribuição para pensar a esfera de disputa política de identificação coletiva. Desta forma, entende a necessidade constitutiva de uma estética feminista do confronto, termo empregado por este ensaio do resultado da operação do deslocamento de significantes como “estética” e “feminista”, trazendo para o centro o engendramento cultural de um grupo coletivo cuja identificação se inscreve enquanto insubordinada.

ATELIÊ DE CRIAÇÃO

Roberta Stubs, Patrícia Lessa e Fernando Filho, em artigo do ano de 2018, titulado por “Artivismo, estética feminista e produção de subjetividade”, dialogam com as produções de duas artistas paranaenses que problematizam o corpo e a identidade de gênero do ser mulher:



Elisa Riemer e Fernanda Magalhães. Referenciado nas contribuições dos estudos feministas, o artigo engendra possibilidades de desconstrução e reconstrução do gênero mulher no contexto da contemporaneidade e da pós-modernidade.

Refletindo sobre o crescente armazenamento de processos subjetivos e a incessante captura biopolítica dos corpos, das práticas estéticas e dos desejos, se torna cada vez mais necessário fomentar a possibilidade de invenção dos territórios subjetivos como forma de resistência e de criação frente as diferentes tecnologias de controle. A partir dos estudos de Michel Foucault (1926-1984) é possível dizer que a ênfase na identidade, bem como as estratégias biopolíticas de controle e docilização dos corpos, se tornam artificios políticos cujo pretenso caráter naturalizado tanto social quanto subjetivamente faz operar, de forma sutil ou declarada, o cerceamento e a despotencialização dos territórios de existência. Desta forma, atribuir ênfase na identidade e nas estratégias biopolíticas contribui para limitar e/ou dirigir as práticas de liberdade, reduzindo-as às experiências calculadas e planejadas, fazendo com que haja crença na liberdade e na autonomia do sujeito.

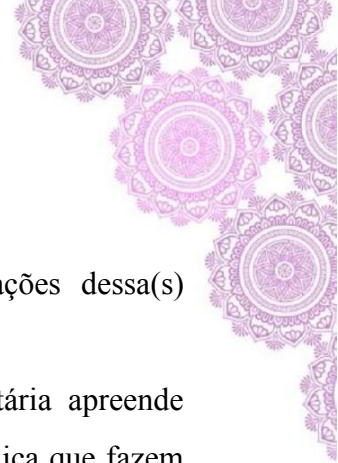
Tendo como compreensão o debate em torno das implicações de estratégias biopolíticas para a constituição do corpo e da identificação de gênero, Roberta Stubs, Patrícia Lessa e Fernando Filho (2018) defendem a necessidade de instaurar uma prática de subversão da identidade, em que o corpo, reapropriado enquanto território de existência, dispõe perspectivas provocadas por uma política da diferença que seja realmente inclusiva. É neste sentido que é preciso apreender que o ativismo feminista exerceu grande influência no campo das artes visuais, provocando o que hoje podemos chamar de “ativismo”. Sendo assim, o principal efeito do ativismo foi imprimir um tônus social e político à arte. O ativismo feminista que tanto provoca a desconstrução quanto permite a construção de outras relações com os corpos, com as práticas e com a subjetivação fomenta a concepção de estética feminista, permitindo produzir outras figurações para os corpos e para as subjetividades (STUBS; LESSA; FILHO, 2018).

A inscrição na perspectiva de (des)construção e (des)naturalização que uma estética feminista opera, problematizando os limites de gênero que incidem sobre o campo da

experiência de mulheres, tendo em vista a ampliação dos territórios de existência e a combinação entre arte e feminismo, constitui uma estética feminista, que confere a liberação da imaginação da mulher feminista como característica de um elo indissociável entre arte e vida, arte e experiência, arte e produção de subjetividade. Esse tipo de estética também problematiza o controle biopolítico sobre o corpo da mulher e sua experiência, possuindo uma força inventiva/afirmativa como estratégia ética/estética/política de subversão, resistência e criação de possibilidades de vida (STUBS; LESSA; FILHO, 2018).

A ênfase na identidade, bem como as estratégias biopolíticas de controle e a docilização dos corpos operam no cerceamento e despotencialização de territórios de existência, limitando e/ou dirigindo práticas de liberdade como contribuição na crença de liberdade e na autonomia dos sujeitos. Falar de reapropriação do corpo enquanto território de existência e a inclusão de perspectivas de análise provocadas por uma política da diferença condiz com a abordagem de aspectos da subversão da identidade. Para defender a subversão das identidades na contemporaneidade e nos efeitos da pós-modernidade, as insubordinações voluntárias de artistas feministas, por meio das contribuições dos discursos feministas libertários, expressam outra arte de existência, vislumbram modos de transformar as experiências individuais e sociais com o mundo, a vida e a produção de saberes, mostrando formas de resistência às normatizações e disciplinamentos dos corpos (STUBS; LESSA; FILHO, 2018).

O posicionamento crítico diante de situações contestadas, suscitado por uma estética feminista, sugere outros modos de ser mulher, outros modos de viver e de gestar a própria vida (STUBS; LESSA; FILHO, 2018). A prática artística que compreende o desconfiguramento da hegemonia da identidade de gênero e da cristalização do ser mulher nos permite refletir algumas questões para pensar os jogos de disputa política: como as práticas educativas de produções artivistas compreendem movimentos políticos que instauram processos de agenciamento pedagógicos constituintes de práticas de identificação coletiva? Qual(is) é(são) a(s) identidade(s) política(s) que a arte feminista constitui(em) para o campo



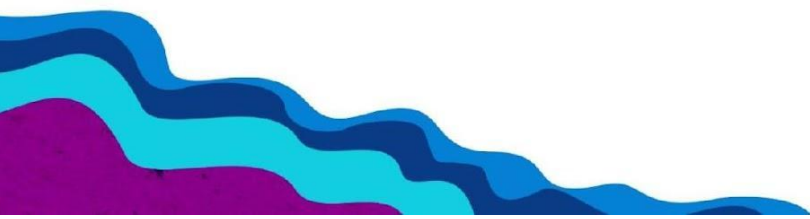
de disputa política em torno do (não) ser mulher? Quais as reverberações dessa(s) identidade(s) nos processos de articulação política?

O “ser” mulher no centro da problematização da existência identitária apreende concepções advindas de uma prática cultural e de uma sociabilidade hegemônica que fazem considerar processos de identificações coletivas sobre feminilidade. Cabe, desta forma, procurar entender como esses processos de identificação coletiva que são configurados por meio da subjetividade feminista potencializam aspectos em torno de uma disputa política discursiva e cultural no âmbito da (pós) pandemia. É neste sentido que temos como referência o artigo de Roberta Stubs, Patrícia Lessa e Fernando Filho (2018), mas avançamos para pensar que as apropriações performáticas de produções artísticas feministas que apreendem singularidades, são passíveis de ampliação e de reconfiguração da identificação política dos sujeitos sociais, extrapolando a identificação do gênero mulher na disputa política. Isto porque uma das principais contribuições da perspectiva discursiva e pós-estruturalista da Teoria do Discurso, a da ontologia política do social, permite admitir o deslocamento de significados do ativismo para a produção de novas e outras práticas de sentido.

ABORDAGEM DISCURSIVA E PÓS-ESTRUTURALISTA

Questionar a consolidação de “significados em última instância” quando se assume, por exemplo, o “campo da discursividade”, conforma uma “relação com todo discurso concreto”, visto que questionar a suposta consolidação dos sentidos na estrutura social é o que “determina simultaneamente o caráter necessariamente discursivo de qualquer objeto, e a impossibilidade de qualquer discurso dado implementar uma sutura final” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 186).

A partir do debate em torno da reapropriação do corpo, em que há artifícios de aprisionamentos provocados pela biopolítica e por técnicas sofisticadas de controle da subjetividade (STUBS; LESSA; FILHO, 2018), é possível pensar possibilidades de deslocamento do uso da linguagem, considerando um jogo de abertura de significados que



traz para o centro do debate significantes que constituem o “discurso fundador” da diferença em torno do ser mulher. Isto porque, conforme pontua Stuart Hall (1997), os sistemas e os códigos de significados atribuem sentidos às nossas ações sociais, que, quando tomados em conjunto, constituem as nossas culturas. Sendo assim, e considerando os aspectos epistemológicos da cultura, a “virada cultural” atua como influenciadora constitutiva da vida social.

Stuart Hall (1997) aponta que essa “virada cultural” colocou a linguagem como centro nas práticas de representação, fazendo com que o significado surgisse a partir dos jogos da linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas. Um exemplo que ilustra este apontamento corresponde às práticas artísticas do feminismo (estilísticas da existência), apontadas por Roberta Stubs, Patrícia Lessa e Fernando Filho (2018), quando sugerem que a performance de Lucy Schwob (como Claude Cahun), de Suzanne Malherbe (como Marcel Moore), e de George Sand (Amandine Dupin), com pseudônimos masculinos, questiona a adoção de tais pseudônimos como indicação de contorno da misoginia do mundo literário, ou suscita a possibilidade de que a utilização de tais pseudônimos seria o preenchimento da falta de identidade. Entretanto, podemos considerar em uma leitura que serve de argumento para a estrutura deste presente ensaio, que a adoção de pseudônimos masculinos adotados por mulheres corresponde ao hibridismo de práticas de identificação do próprio gênero mulher: há agora uma feminilidade masculina, ou até mesmo uma masculinidade feminina.

Slavoj Žižek (2010), levando em consideração as contribuições da psicanálise lacaniana, diz que um “gesto vazio” é oferecido por um sujeito a outro no contexto da relação social. E que só existe vínculo social quando as regras desse jogo simbólico vazio forem aceitas. Neste sentido, toda ordem social é produzida por aparência, pois não aceitar o “pacto de solidariedade” (ŽIŽEK, 2010) poderia implicar em desfazer a suposta liberdade que os sujeitos possuem no âmbito das relações sociais. Desta forma, não somente a aparência que sustenta o pacto de solidariedade seria desintegrada, como também o próprio vínculo social é desintegrado quando o gesto vazio não é aceito por ambos os lados da troca simbólica. É



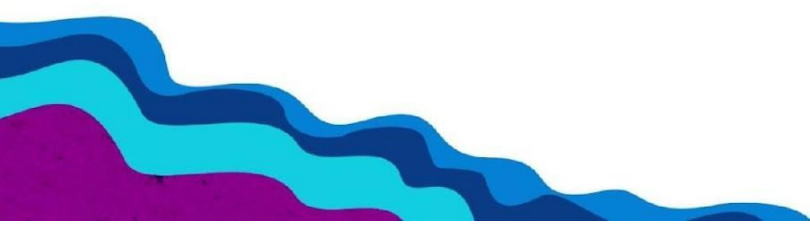
possível então dizer que somente há vínculo social quando a suposta liberdade de escolha é preservada.

As contribuições de Jacques Lacan (1901-1981) não se restringem à psicanálise, mas possibilitam a análise social. Um exemplo disso é a consequência da retirada da medicalização do campo da neurose, tornando possível compreender o caráter político do sofrimento, que relaciona a fome com a pobreza, as condições precárias de vida com o arranjo familiar, as práticas sociais e as organizações familiares com o Estado, dentre outras possibilidades de análise social admitida por meio da vinculação com a psicanálise lacaniana (DUNKER, 2016). Outra forma de pensar a dinâmica social a partir das contribuições teóricas de Jacques Lacan é entender a relação entre as pautas sociais e a identificação dos sujeitos.

No trabalho de dissertação de Mestrado em Educação, Priscylla Dias (2019) apresenta um debate em torno da apreensão do olhar da psicanálise lacaniana na formação da identidade do sujeito a partir do campo da linguagem. Neste sentido, o deslocamento de Jacques Lacan (1901-1981) sobre a “identificação” condiz no entendimento de que o sujeito se identifica com o significante, e não com objetos ou pessoas (CHEDIAK, 2014). Logo, a linguagem opera com uma dupla função social: fazer com que o sujeito apreenda ferramentas para a sua comunicação com os outros; e interpelar o sujeito na manifestação de seus desejos.

Conforme compreensão de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), a sociedade não é harmônica, o sujeito é constituído por condições de falta, e a política é agenciada por articulações, sendo preciso considerar que as diferentes formas de “pensar” e de “existir” possibilitam a abertura de sentidos no campo social, fazendo compreender que “cada significante remete a outro significante, indefinidamente, sendo impossível determinar-lhe um significado; [já que] este é sempre adiado” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 40). O que ocorre é não somente o adiamento do significado, como também a importância do significante no âmbito da constituição de sentidos.

Um aspecto que exemplifica como a sociedade não pode ser integralmente considerada, bem como a constituição da identidade dos sujeitos, é a análise que Ernesto Laclau (1986) realiza em torno dos movimentos sociais no âmbito da emergência de



reivindicações em conformidade com uma agenda política contemporânea. Desta forma, os processos de identificação dos sujeitos admitem sentidos que já foram e que já são veiculados no campo da prática discursiva ao mesmo tempo em que constituem novos significados na cadeia que estrutura as relações entre significantes, significados e sentidos. Em outros termos, quando pensamos a disputa política por meio da estética feminista configuramos aspectos gerais do procedimento de embate e de deslocamento que as reivindicações feministas promovem enquanto contribuição para a aquisição de uma prática política condizente com a presença do corpo-que-luta frente aos perigos da diferença e da ameaça que se vivencia no período de pandemia. Quais as principais contribuições de uma estética feminista para a disputa política no espaço público em tempos (pós) pandêmicos?

DIFUSÃO COLETIVA

Nesta seção serão apresentados aspectos em torno da relação entre os sujeitos e o contexto atual de pandemia do novo coronavírus, pensando na produção de textos de mulheres (trans)feministas que problematizam as relações de gênero pensando possibilidades para um momento dito pós-pandemia. No que diz respeito ao processo de identificação coletiva no contexto de pandemia do novo coronavírus, Stuart Hall (2014), no livro “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, considera que ocorre na globalização o reforço de “outros laços e de outras lealdades culturais”. Neste sentido, a estética feminista precisa extrapolar o seu campo de atuação e de significação para além do campo artístico, em uma veia de disputa por resistência no âmbito da prática pós-moderna e pós-estruturalista que se constitui no antagonismo da disputa constitutiva de um Estado suicidário (SAFATLE, 2020) que, por sua vez, está cada vez mais envolvido nos contornos da raça e da classe, bem como de gênero.

Vladimir Safatle (2020), a partir de diálogo com Paul Virilio (1932 – 2018), considera que o Brasil está implementando um “Estado suicidário” devido ao novo estágio nos modelos de gestão que emergem com o neoliberalismo. Em dissociação ao conceito de necropolítica,

um Estado como o nosso não é apenas a gerência da morte, mas o protagonista da própria catástrofe, cultivando a própria explosão. Neste sentido, “é a mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição” (SAFATLE, 2020, p. 212).

Se a partir da leitura discursiva e pós-estruturalista da Teoria do Discurso é possível dizer que a identificação do sujeito no campo social pode ser admitida por um agenciamento pedagógico que advém de relações sociais, produzindo articulações de sentidos que constituem a própria realidade como identificação política (LACLAU; MOUFFE, 2015), então, no contexto atual da pandemia do novo coronavírus, esse aspecto dialoga com outro engendramento dos processos de subjetividade: o ser mulher no processo de disputa política. Isto porque é preciso reconhecer o protagonismo das mulheres que lutam e que acionam aspectos da prática performática de seus corpos nos espaços públicos para a constituição de demandas e de reivindicações solidárias. A estrutura discursiva e cultural da sociedade, sendo feminina, consiste no hibridismo fronteiro entre diferentes performances que não se restringem ao corpo generificado.

Em março de 2020, diferentes estados brasileiros adotaram a medida de isolamento social (distanciamento social) como uma das possibilidades mais eficazes de combate a difusão do coronavírus para a população local. Ao que pese a falta de uma proposta sistematizada de política pública para conter a crise sanitária no Brasil, no que diz respeito o grande destaque para o investimento na produção de equipamentos de proteção individual (como máscaras e viseiras) e de materiais desinfetantes (como álcool em gel), por exemplo, é importante não somente concordar que o distanciamento social é uma forma de diminuir o contágio do vírus, mas também um catalisador formativo e pedagógico da população. É neste sentido que é possível dizer que a pandemia configura práticas de identificação coletiva.

No campo das relações de gênero, o debate em torno da crítica radical do sujeito (figurações pós-identitárias) e da despersonalização e vestimentas do corpo (corpo social), permite considerar conexões que não se limitam a identidades, mas que apreendem o caráter de temporalidade por meio de diferentes ordens, produzindo “uma via ética-estética-política”

(STUBS; LESSA; FILHO, 2018). É neste sentido que a “subjetividade ciborgue”, ou “subjetividade híbrida”, tal como preconizado pelos estudos de Michel Foucault (1926-1984) sob o olhar de Judith Butler e Paul B. Preciado, nos ajuda a refletir em torno do engendramento de práticas indisciplinadas a partir da pedagogia queer e dos efeitos educativos que atravessam a disputa política de identificações coletivas em torno do (não) ser mulher quando consideramos a referência da potência feminina nos aspectos culturais que tensionam e que constituem as disputas políticas.

Destarte, a partir do olhar que torna importante potencializar práticas indisciplinadas enquanto combate a toda e qualquer perspectiva disciplinar de conhecimento, Dodi Leal (2020) reflete sobre a inutilidade da arte e do corpo travesti na sociedade antes da pandemia do coronavírus, e, que, para potencializar essas formas de inutilidade no pós-pandemia, é importante considerar o saber travesti como uma poética da narrativa de resistência. Isto porque a arte travesti possibilita a desestabilização da estrutura da institucionalidade do gênero no atual CiStema. Então, podemos dizer que a prática indisciplinar proporcionada por uma estética transfeminista configura gestos de contrariedade aos processos hegemônicos de formação da identidade do sujeito e tem como principal reverberação o deslocamento de significados, a produção de outros sentidos, e a rearticulação de significantes que disputam a produção de subjetividades coletivas.

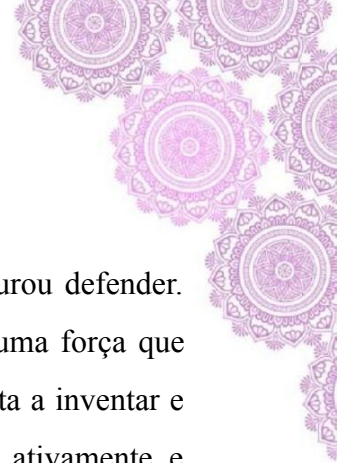
María Galindo (2020), considerando a circulação de informações que é realizada por meio de proporções calculadas para a produção do medo, conclui que o coronavírus é uma arma de destruição, aparentemente legítima, do protesto social, onde nos dizem que o mais perigoso é nos juntarmos e nos reunirmos. Neste sentido, se há pouco tempo os discursos sociais levantavam bandeiras cujas palavras de ordem tinham como máxima “somos todos”, em que derrubar fronteiras era necessário, nos protocolos atuais, articulados pela pandemia do novo coronavírus, há uma restituição do próprio conceito de fronteira (GALINDO, 2020). Isto porque, se consideramos o debate em torno da admissão da diferença cultural enquanto empreendimento de uma prática discursiva e pós-estruturalista (LOPES; MACEDO, 2011) podemos compreender que considerar a diferença não significa necessária radicalizar a

democracia (LACLAU; MOUFFE, 2015) sugerindo a inscrição em uma disputa política pelo conhecimento (LEAL, 2020).

A partir das mais diferentes formações discursivas que assumiram o entendimento (errôneo e equivocado) de que a pandemia do coronavírus é pouco ou nada ameaçadora e letal, e a partir do olhar psicanalítico em torno da dimensão de negação do sujeito para com a realidade, Christian Dunker (2020) compreende que a vida pode ser definida para além de processos de biopolítica e de necropolítica. Processos estes que, por sua vez, constituem uma “gramática da polarização” que já estava operando antes mesmo do momento de pandemia, mas teve fôlego no contexto pandêmico por meio da denegação, por meio do ato de sonhar. Assim como nem sempre há possibilidade de sonhar, também não se pode levar a sério o sonho, pois é possível negar os desejos como ato preliminar de sua própria existência.

Sonhos não apontam instruções e nem diretrizes estratégicas, apenas direções. Desta forma, “ainda está por se formular, entre a biopolítica e a necropolítica, uma política do sonho: uma oniropolítica (oniros = sonho em grego)[, e] nela seremos capazes de dizer o que queremos, mais além das condições práticas de sua efetivação” (DUNKER, 2020, p. 7, grifo do autor). A oniropolítica permite a retomada “[d]os desejos que ficaram suprimidos no passado”, de modo que possamos começar “a dar forma e imagem a um futuro no qual a solidariedade e o sonho possam orientar nossa realidade” (DUNKER, 2020, p. 7).

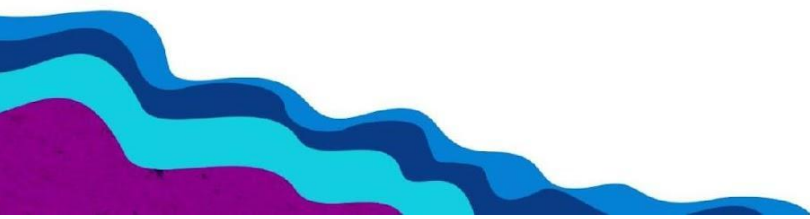
Poderíamos dizer que é a partir de uma oniropolítica (DUNKER, 2020) que também se torna possível o questionamento sobre a própria concepção de pandemia. Neste sentido, assim como apontado por María Galindo (2020), o coronavírus é muito mais que uma enfermidade: parece até mesmo ser uma forma de ditadura mundial multigovernamental policial e militar. E o que faremos frente a esses processos engendrados por uma configuração política que suscita a reinvenção do (não) ser-mulher nesse período pandêmico? Como se torna possível uma prática estética feminista que pense a configuração constante dos corpos que têm por identificação política os espaços públicos de constituição de demandas sociais e culturais coletivas?



Por uma estética feminista do confronto. É isso que este ensaio procurou defender. Uma estética feminista que não apenas apreende uma forma de (re)existir e uma força que reinvidica sentidos de vida e modos de viver, ou que considera prática disposta a inventar e reinventar constantemente os territórios existenciais, mas que se constitui ativamente e continuamente uma prática de confronto nas ruas, das ruas e pelas ruas. Isto porque na pandemia houve a supressão do espaço histórico emancipatório das mulheres: as ruas.

Se as artes da existência (artes de existir) produzem práticas de estilísticas da existência (práticas de liberdade e de relações inventivas com o mundo, transformação das experiências individuais e sociais com o mundo, a vida e a produção de saberes; resistência às normatizações e disciplinamento dos corpos), então a partir das influências da pós-modernidade, da reapropriação política do corpo, da transgressão dos gêneros (masculinidades femininas), bem como a crise de identidade do sujeito, é possível dizer que a estética feminista, o ativismo e a produção de subjetividades compreendem a articulação de uma prática de confronto e de conflito necessária para a constituição da democracia no contexto da pademia, e nos inventários de uma pós-pandemia, produzindo um (novo?) sentido de normalidade.

É possível pensar práticas educativas e configurações identitárias em torno da problematização do (não) ser mulher na contemporaneidade e no campo de disputa política por meio da seguinte sistematização: apesar da estética feminista do confronto não corresponder a identidade do gênero mulher, e sim a subjetividade feminista e feminina que atuam de forma híbrida na fronteira com o masculino, essa prática se coaduna com a constituição de uma prática discursiva admitida no cenário de identificação contemporânea do sujeito político. Para tanto, é preciso reelaborar os sentidos em torno dos efeitos que os significantes “feminista” e “estética” apresentam. E foi isto que ensaio preliminar tentou demonstrar: estratégias de aproximação para tecer o fio condutor que orienta significados em torno da possibilidade de uma estética feminista do confronto que não se restringe ao debate das relações de gênero, mas que corrobora para a apreensão em torno de uma prática que é



admitida no campo da disputa política que constitui demandas e reivindicações coletivas para além daquelas identitárias, embora partindo destas.

“Feminista” não mais como identificação liberal do ser mulher que se constitui enquanto referência para os processos democráticos que são agenciados pela mediação do Estado democrático de Direito, configurando possibilitadores em torno dos dispositivos de controle sobre o corpo, a produção material, a obtenção dos meios de sustenção financeira, e a manutenção do lar. Mas, “feminista” como inspiração e como reverberação de práticas que possibilitam o *real*, que aciona sentidos, que desloca significados e que reverbera a re-criação de significantes operando com a constituição de uma outra-prática discursivo-cultural na disputa política. “Estética” como arte de ser, de se deixar ver, vestir, atuar, imaginar, consolidar e performatizar; configuração de um conjunto de aspectos da vivência e dos conflitos necessários em torno da existência de si e do outro, da outra, de outre. Estética que produz difusão e processos de coletividade que concorrem e que atuam na identificação, e que, para a sustentação momentânea e temporária do sujeito político, precisa também do não-feminista. Estar-sendo feminista quando no momento de ir à público para ser (trans) agressão-de-si. Estética feminista do confronto, do conflito e de atos performáticos (e violentos).

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

CHEDIAK, Gabriela de Freitas. As identificações no Seminário 9. In: CHEDIAK, Gabriela de Freitas. As identificações no processo de estruturação subjetiva – O encontro contingente com o êxtimo e a invenção sinthomática. 2014. **Tese** (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultural) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

DIAS, Priscylla Karollyne Gomes. É a escola dos meus sonhos, mas não é a escola pública: o que (des) aparece no currículo entre desejos e fantasias. 2019. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, f. 145.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Psicanálise e contemporaneidade: novas formas de vida? **Stylus (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 119-137, nov. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/stylus/n33/n33a10.pdf>. Acesso em: 04 fev 2020. DUNKER, Christian Dunker. A arte da quarentena para principiantes. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

GALINDO, María. Desobediencia, por tu culpa voy a sobrevivir. **Prensa Comunitaria KM169**. Publicado em 23 de março de 2020. Disponível em: <https://prensacomunitar.medium.com/desobediencia-por-tu-culpa-voy-a-sobrevivir-de-7e96c3a5c2>. Acesso em: 25/07/2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: Editora Lamparina, 2014.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo, In: THOMPSON, Kenneth (org). **Media and cultural regulation**. London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática e radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPQ, 2015. Tradução: Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral.

LEAL, Dodi. A arte travesti é a única estética pós-apocalíptica possível? Pedagogias antiCIStêmicas da pandemia. **#PandemiaCritica**, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/18>. Acesso em: 25 jul 2021.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao estado suicidário. In: FILHO, Hugo Melo; TOSTES, Anjuli. **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020, p. 212 – 218.

STUBS, Roberta; LESSA, Patricia; FILHO, Fernando Silva Teixeira. Artivismo, estética feminista e produção de subjetividade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 26, v. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n238901>. Acesso em: 25 jul 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges.